



FRONTEIRAS DIVERSAS EM REGIÕES DE COLONIZAÇÃO RECENTE DE MATO GROSSO: TANGARÁ DA SERRA, CAMPO NOVO DOS PARECIS E SAPEZAL

Carlos Edinei de Oliveira¹

RESUMO

O texto destaca espaços de colonização recente de Mato Grosso, ocupados por populações oriundas de diferentes lugares do Brasil na segunda metade do século XX. O movimento de colonização inicia-se na Era Vargas, passa pela política desenvolvimentista do governo Kubitschek e se efetiva durante e pós-ditadura militar brasileira. Os documentos que revelam esta trajetória histórica da colonização são as mensagens dos governadores de Mato Grosso, as propagandas imobiliárias publicadas em jornais e revistas e panfletos de prefeituras municipais, parte destas informações está disponível no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT). A leitura e análise das fontes nos possibilita apresentar como ocorreu a organização da colonização nos municípios de Tangará da Serra², Campo Novo dos Parecis e Sapezal, territórios tradicionalmente ocupado por diferentes povos indígenas. Estes espaços são considerados espaços antropológicos, em que as fronteiras são emergentes e também são étnicas.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço antropológico, migração, produção econômica.

Considerações Iniciais

Em Mato Grosso o que vamos denominar de colonização recente foi à reocupação³ dos espaços geográficos, a partir da segunda metade do século XX, anteriormente ocupado por diferentes populações indígenas. Esta colonização realizada por migrantes de diferentes estados do Brasil foi ao longo desse período, até o final do século XX, sendo socialmente produzida.

O estudo sobre colonização de que trata este texto, além de ter sido influenciado pela ação getulista da Marcha para o Oeste durante o Estado Novo é resultado também da política

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor adjunto do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Barra do Bugres. Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História / ProfHistória. Membro dos seguintes grupos de Pesquisa: Núcleo de Estudos de Educação e Diversidade (UNEMAT) e Fronteiras, Identidade e Culturas (UFMT).

²Tangará da Serra é o quinto mais populoso de Mato Grosso, com população de 90.252 habitantes, conforme a estimativa do IBGE, em 2013. Sua área é de 11.565,976 km².

³ O uso do prefixo “re” é necessário para deixar evidente que, quando os não-índios ocuparam as terras da região de colonização recente de Mato Grosso, elas não se constituíam em espaços vazios, mas já eram habitadas ou perambuladas pelos povos indígenas.

desenvolvimentista, mobilizada pela irradiação do capital industrial e financeiro brasileiro durante o governo de Juscelino Kubitschek que altera a expectativa e o interesse em relação a terra no Estado de Mato Grosso (LENHARO, 1982).

Este interesse e expectativa são observados nas mensagens de governadores do Estado de Mato Grosso nos anos de 50, 60 e 70 do século XX, assim como, através da análise de algumas propagandas realizadas pelas imobiliárias responsáveis pela venda de terras cuja posse era de empresas colonizadoras, de proprietários procedentes de São Paulo ou da região Sul do Brasil. Desta forma, os documentos oficiais (mensagens de governadores, panfletos de prefeituras municipais), assim como, a propaganda relacionada à venda de terras veiculada pela imprensa escrita no período em estudo serão as informações historiográficas⁴ para a construção desta análise.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) são os arquivos que disponibilizaram parte da documentação (mensagens de governadores e jornais e revistas impressos) para a produção deste texto. Dentre estes documentos, as mensagens de governadores foram pensadas como discurso, ou seja, uma informação historiográfica, caracterizada por Albuquerque Júnior (2009, p. 224) como:

[...] uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. [...] uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através dos distintos meios de comunicação social [...].

As mensagens de governadores analisadas foram do período anterior à colonização dos espaços em questão, com a proposta de entender como o Estado de Mato Grosso construiu as bases do discurso para que os projetos de colonização pudessem ser implantados. Desta forma, estas mensagens correspondem ao período dos governos de Fernando Correa da Costa (31/1/1951 a 31/01/1956), João Ponce de Arruda (31/1/1956 a 31/1/1956) e novamente de Fernando Correa da Costa (31/1/1961 a 15/03/1966).

Outra fonte documental fundamental para analisarmos a colonização recente são os jornais, nestes verificamos as propagandas realizadas pelas empresas imobiliárias incentivando a população de outros estados do Brasil a se mobilizarem para comprar terras

⁴ A expressão informação historiográfica é de Aróstegui (2006, p.489) que considera como “[...] informações ‘primárias’, os testemunhos, os materiais de observação a partir dos quais o historiador estabelece a síntese histórica”.

em Mato Grosso. Para a história, os jornais impressos têm sido um importante instrumento de pesquisa.

É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses. Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. A imprensa registra, comenta e participa da história [...] (CAPELATO, 1994, p.13).

As propagandas realizadas pelas empresas imobiliárias, responsáveis pela venda de terras para a região de colonização recente de Mato Grosso, apresentavam um perfil seguindo o contexto do mercado, da economia, e da política desenvolvimentista brasileira pós anos 50 do século XX, mantendo o seu perfil ideológico de progresso e ocupação de “espaços vazios” durante o período da ditadura militar brasileira.

A função primordial dessas propagandas veiculadas pela imprensa escrita era conquistar migrantes para realizar a produção agrícola e fundar cidades, produzindo uma nova reconfiguração para o espaço mato-grossense, e inserindo-o na economia agroexportadora do mercado internacional, o que irá se concretizar principalmente com a formação de grandes empresas agrícolas nos municípios de Campo Novo dos Parecis⁵ e de Sapezal⁶.

As propagandas de vendas de terras também eram divulgadas pela Revista Brasil-Oeste, objeto de análise neste texto. Para Salgueiro (2011, p.5) “as temáticas editoriais da revista Brasil-Oeste almejavam auxiliar os produtores investidores da região em prol do desenvolvimento do oeste do país, especialmente Mato Grosso e Goiás”. Para compreendermos a importância das propagandas impressas pela revista Brasil-Oeste é importante conhecer o perfil do periódico.

A revista Brasil-Oeste foi um periódico especializado em difundir reportagens sobre técnicas e dicas ao empreendimento agropastoril, além de divulgar informações sobre a conjuntura econômica e política da região Centro-Oeste, especialmente o antigo Estado de Mato Grosso. Esse mensário foi idealizado pelo jornalista Fausto Vieira de Campos em conjunto com Alberto Leme, seu diretor-proprietário. Era produzido na cidade de São Paulo (SP), por meio da Brasil-Oeste Editôra, que incluía como sócio, além do supracitado jornalista, seu filho, Fausto M. G. de Campos (SALGUEIRO, 2011, p. 4-5).

⁵Campo Novo do Parecis localiza-se a uma latitude 13°40'31" sul e a uma longitude 57°53'31" oeste, estando a uma altitude de 572 metros. Sua população estimada para 2013 de 30.335, (IBGE /2013).. Possui uma área de 9.448,384 km².

⁶Sapezal localiza-se a uma latitude 13°32'33" sul e a uma longitude 58°48'51" oeste, estando a uma altitude de 370 metros. Sua população estimada em 2013 era de 20.934 habitantes. Possui uma área de 13.598 km².

Em relação ao posicionamento ideológico da Revista Brasil-Oeste, cujo público de interesse era fazendeiros, investidores e políticos do país, Salgueiro (2011) explica que a revista defendia a proposta de colonização privada da terra, opondo-se as reformas de base proposta pelo governo brasileiro da época, de João Goulart, favorável à reforma agrária.

Isto pode caracterizar a revista como um instrumento em que ideais conservadores eram defendidos e que mantinha considerável distância de ideias mais progressistas do tipo reforma agrária, encarada como um empecilho à iniciativa particular e ao desenvolvimento agropecuário do Estado de Mato Grosso. A partilha de terras, a ideia de reformas incomodava os diretores e colaboradores do periódico, pois vinha de encontro àquilo que eles encaravam como modernização e desenvolvimento, isto é, o modelo liberal de comercialização de terras de Mato Grosso (SALGUEIRO, 2011, p.16).

A leitura de algumas mensagens dos governadores, seguida das informações dos jornais: Tribuna Liberal, A Cruz, O Estado de Mato Grosso, Folha Mato-Grossense e Diário de Cuiabá, com periodicidade cronologicamente variando de 1959 a 1976 e de alguns exemplares da Revista Brasil-Oeste, assim como de outras fontes podemos entender o início da colonização recente de Mato Grosso, com o objetivo de apresentar como ocorreu a organização da colonização nos municípios de Tangará da Serra⁷, Campo Novo dos Parecis e Sapezal.

Estes municípios possuem espaços territoriais limítrofes, terras de diferentes povos indígenas e reocupados por migrantes a partir da segunda metade do século XX. Estes municípios todos tiveram a dependência genealógica do município de Diamantino⁸, sendo que a maior parte do território de Tangará da Serra também pertenceu ao município de Barra do Bugres⁹.

Resultados de toda política de ocupação do Centro- Oeste brasileiro desde o Estado Novo de Getúlio Vargas, passando pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschka colonização recente de Mato Grosso, analisada neste estudo, ocorreu após a segunda metade do século XX, em especial durante o governo ditatorial brasileiro, impulsionada por seus programas federais.

Na década de 1970, sob o governo militar, foi lançada a 'Operação Amazônia', cuja proposta foi atacar em várias frentes os problemas da região. Foram criados órgãos e programas federais, entre os quais podemos destacar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o

⁷Tangará da Serra é o quinto mais populoso de Mato Grosso, com população de 90.252 habitantes, conforme a estimativa do IBGE, em 2013. Sua área é de 11.565,976 km².

⁸Localiza-se a 269 metros de altitude. Sua população estimada em 2012 era de 20 605 habitantes, possuindo uma área de 7764,43 km².

⁹Localiza-se a 15°04'21" de latitude sul e a 57°10'52" de longitude oeste e está a 171 m de altitude. Possui uma área de 7.186,78 km² e sua população estimada em 2012 é de 32.464 habitantes.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia S.A. (BASA), o Pólo da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Pólo do Noroeste (POLONOROESTE), o Pólo dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa da Borracha (PROBOR), com objetivo de viabilizar a ocupação produtiva e integração da Amazônia e do Centro-Oeste ao restante do Brasil. A concepção do governo era que a Amazônia era desabitada, sendo considerada pelo governo como um ‘vazio demográfico’, onde pouco se produzia além de não estar integrada ao Brasil (BARROZO, 2008, p.19).

Estes programas federais motivaram a vinda de vários migrantes para Mato Grosso, em busca de melhoria de condições de vida, em busca de terra, porém quando os migrantes, de diferentes lugares e condições sociais chegaram, a terra, não estava desabitada, os espaços considerados vazios eram ocupados por diferentes povos indígenas.

Desta forma, a chegada de migrantes nestes “novos espaços” de Mato Grosso, marca - o como um espaço de fronteira. O conceito de fronteira que perpassa esta análise é a construção proposta por Duarte (2005), que com base na teoria de Gilles Deleuze destaca:

Fronteiras são construções. São processos social e historicamente – vale dizer, simbolicamente – produzidos. Devem ser concebidas mais como abertura e atualidade, do que como dado ou acabamento. São locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade (DUARTE, 2005, p.17).

Diante desta questão, podemos apontar que esta região de colonização recente de Mato Grosso (Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis e Sapezal), são espaços naturais e históricos em que as fronteiras são emergentes. Dentre elas podemos apontar o caminho das colonizadoras marcado pelo processo de motivação do migrante para o desejo de fazê-lo proprietário e a realidade vivida pelo migrante quando da sua chegada ao espaço para ocupá-lo e produzir riquezas. Assim, como o rearranjo que os colonos dão ao processo de colonização frustrando alguns objetivos da colonizadora e do Estado. É fronteiriça a relação entre Estado, colonizadora e o migrante. Os desejos, os objetivos e as realizações são desencontrados. Novas dimensões são descobertas e novos reordenamentos são propostos.

É importante destacar que estas cidades são configuradas em territórios anteriormente ocupados por povos indígenas, caracterizando-as também como espaços de fronteira étnica. Em Tangará da Serra e Campo Novo dos Parecis, por exemplo, os Paresí, circulam pelas ruas da cidade, frequentam supermercados, escolas, eventos públicos, porém ainda, são invisíveis para os habitantes não índios. Em Sapezal a vida urbana é marcada pela presença principalmente dos Paresí¹⁰ e dos Nambiquara¹¹, porém os Enawenê-Nawê¹² também ocupam

¹⁰ Os Paresí são de família linguística Aruak, se auto denominam de Haliti, conforme dados de 2012 a população total era de 1.955 habitantes (Siasi/Sesai, 2012).

seu território. Estereótipos e etnocentrismos marcam o imaginário social da população local. Em uma região de colonização recente é fundamental pensarmos a concepção de fronteira do humano como evidencia Martins (1997).

Quando entramos neste espaço amazônico, território marcado pela presença de populações indígenas e da colonização recente, identificamos uma complexidade significativa em relação à construção da história. Primeiro, que devemos pensar o lugar – a colonização recente em Mato Grosso - como um lugar antropológico como destaca Cardoso (2005, p.43):

O lugar antropológico define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição – não importa se central, intermediária ou periférica – no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. Assim definido, proporciona uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu.

Neste lugar antropológico as relações pacíficas ou conflitivas entre grupos com interesses políticos, econômicos e culturais acontecem constantemente. Todavia, estudar uma região de colonização recente é produzir a historiografia do tempo presente, ou do passado recente.

Se trata de un pasado abierto, de algún modo inconcluso, cuyos efectos en los procesos individuales y colectivos se extienden hacia otros y se nos vuelven presentes. De un pasado que irrumpe imponiendo preguntas, grietas, duelos. [...] De un pasado que, a diferencia de otros pasados, no está hecho sólo de representaciones y discursos socialmente construídos y transmitidos, sino que, además, está alimentado de vivencias y recuerdos personales, rememorados em primeira persona. Se trata, en suma, de un pasado 'actual' o, más bien, de un pasado em permanente processo de 'actualización' y que, por tanto, interviene em las proyecciones a futuro elaboradas por sujetos y comunidades (FRANCO; LEVÍN, 2007, p.31).

Para a compreensão da história do tempo presente, na busca da organização de regiões de colonização recente de Mato Grosso, faz-se necessário entender como era estes espaços antes da colonização que resultou na configuração atual. Portanto, precisamos entender algumas questões ligadas aos antigos territórios dos municípios de Diamantino e de Barra do Bugres.

¹¹ Os Nambiquara são de família linguística Nambikwára, se auto denominam de Anunsu, conforme dados de 2010 a população total era de 1.950 habitantes (Funasa/2010).

¹² Os Enawenê-Nawê são de família linguística Aruak, conforme dados de 2010 a população total era de 566 habitantes (Funasa/2010).

2. Diamantino e Barra do Bugres: a preparação para a colonização recente

O município de Diamantino tinha uma grande área que foi fragmentada após a emancipação política administrativa de Campo Novo dos Parecis (04 de julho de 1988) e de Sapezal (19 de setembro de 1994). A história da ocupação de Diamantino remonta o século XVIII, devido à exploração de minérios, principalmente de diamante. A região mineradora se limita a configuração geográfica do atual município de Diamantino, porém no século XIX o espaço, onde localiza Campo Novo dos Parecis e Sapezal foi trilhado por aventureiros em busca da extração da borracha¹³ no período da secas e da extração da poaia¹⁴ no período chuvoso.

Além destes aventureiros extrativistas, a região do planalto dos Parecis também ficou conhecida e foi representada nos registros de viajantes e expedicionários do século XIX, como Bartolomé Bossi (1862), Hercule Florence (1827), Francis Castelnau (1844), Nicolao Badariotti (1898) e também no século XX foi visitada por Roquette-Pinto e Max Schmidt, além da Comissão Rondon que manteve um contato direto com os Paresí alinhando postes de telégrafos em direção ao Estado de Rondônia.

No início do século XX, em Diamantino, nos limites do município de Sapezal, próximo ao Salto do Utiariti, território indígena, foi instalada uma missão jesuítica que manteve-se em exercício no período de 1929 a 1970. O trabalho missionário era realizado por padres da Companhia de Jesus e das Irmãs da Congregação das “Irmãzinhas da Imaculada Conceição”, com de crianças, adultos e velhos Irantxe, Nambiquara, Rikbatsa, Paresí, Kayabí, Cinta-Larga, entre outros povos indígenas.

É importante observar que até o espaço da Missão Utiariti, integrou-se ao movimento de colonização recente de Mato Grosso, conforme destaca o documento da Prelazia de Diamantino que para título de colonização recebeu do Estado à doação de uma área de terra em favor dos povos indígenas.

O Governador do Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, decreta: Artigo 1º - Fica reservada para colonização no município de Diamantino uma área de terras devolutas de 6.000 hectares (seis mil) mais ou menos, compreendida

¹³ A borracha, *hévea brasiliensis*, começou a ser explorada em Mato Grosso no início de 1875, disseminando nesta época para Diamantino, era o único povoado próximo aos seringais, a exploração se dava no sertão dos Parecis (ROCHA, 2002).

¹⁴ A poaia é da família da *Rubiácea*, seu nome científico é *Cephaelis Ipecacuanha*. Sua ação: modificadora das secreções, cardíaca, emética, expectorante, sedativa, dentre outras. A planta não passa de 25 ou 30 cm de altura, mas ela sempre se arrasta um pouco, de forma que o caule atinge uns 40 cm. Em Mato Grosso ocorre nas matas ciliares da bacia do Paraguai e do Guaporé (SILVA, 1993).

dentro dos seguintes limites: ao Sul, a Linha Telegráfica; a Leste e ao Norte, o rio Sacre até sua confluência com o Papagaio e ao Oeste, o rio Papagaio, dessa confluência, acima, até a barra do Córrego Nambiquara e por este acima até as benfeitorias dos moradores de Utiariti. [...] Palácio Alencastro, em Cuiabá, 29 de julho de 1952, 131º da Independência e 64º da República. Fernando Corrêa da Costa – M. B. Nunes da Cunha (SILVA, 1983, p. 81).

Diamantino, além de ser a localidade de concentração das ações de extrativistas e de expedicionários também se caracterizava como centro religioso, pois era a sede da Diocese da qual emergiam as ordens eclesiásticas para estes novos espaços de colonização recente. A Igreja Católica Apostólica Romana em Mato Grosso, sempre esteve muito próxima da organização destes novos núcleos urbanos, principalmente no exercício da catequese para os filhos dos migrantes e no controle dos espaços públicos de educação.

Apesar de Diamantino ser historicamente mais conhecido do que Barra do Bugres, foram às terras deste último município que atraiu migrantes no final dos anos 50 do século XX para a fundação de uma comunidade rural, que em 13 de maio de 1976 tornar-se-ia o município de Tangará da Serra.

Barra do Bugres, cidade localizada nas margens direita do Rio Paraguai, surgiu no final do século XIX devido à extração da poaia, e ao longo de sua história esta atividade foi sua fonte econômica principal. A extração da poaia favoreceu o fortalecimento de uma elite econômica e política reduzida, centrada nos padrões de poaia, responsáveis pelo arrendamento das terras para a extração e também eram comerciantes que exportadores desta erva medicinal para a Europa, através do porto da cidade mato-grossense de Cáceres.

Porém, esta estrutura econômica de Barra do Bugres começa a ser abalada devido à política desenvolvimentista pós 1956, porém desde os anos 30, os jornais de Mato Grosso apontam para a necessidade do povoamento. Lenharo (1982), ao analisar artigos de J. R. Sá Carvalho publicado no jornal O Estado de Mato Grosso, nos dias 02, 06 e 10 de junho de 1936 destaca:

O povoamento é o principal problema da colonização em Mato Grosso. Não pode ser obra do acaso, precisa de programa traçado. Para se povoar, são requeridos núcleos coloniais, sejam de migrantes estrangeiros, sejam nacionais. Os núcleos devem ser particulares, já que o governo do estado não tem recursos para tal empreitada (LENHARO, 1982, p.37).

O Estado de Mato Grosso é enfatizado nos artigos como desprovido de recursos financeiros para a empreitada da colonização, passando esta tarefa para a iniciativa privada, que será a responsável diretamente pela formação de colônias agrícolas que resultaram em novas cidades no Estado de Mato Grosso. Esta questão é registrada pelo governo Fernando

Corrêa da Costa em sua mensagem no ano de 1955. Pois, segundo o governador, as empresas colonizadoras de acordo com os contratos deveriam: “[...] colocar nas terras os colonos que as virão povoar, a dotá-los de meios de comunicações; de medi-las, de marcá-las, loteá-las, de saneá-las e assistir aos colonos que nela se fixarem”(NDIHR, Rolo 9, 1955, p.68).

Nos anos 50, a propaganda sobre a fertilidade das terras em Mato Grosso ocupa de forma significativa os jornais do Brasil e do próprio Estado. As mensagens do governador Fernando Corrêa da Costa enfatizam a corrida em busca das terras mato-grossenses, devido a sua fertilidade. O café era o produto escolhido para garantir um futuro melhor para as famílias migrantes. Em 1955, em sua mensagem, o governador após destacar que o objetivo da colonização era ocupar as terras férteis abandonadas no Estado, conclui o seu registro informando que “[...] esse interesse [da ocupação das terras férteis abandonadas] que conseguimos despertar no resto do país para a imigração às nossas terras boas e dadas” (NDIHR, Rolo 9, 1955, p.68).

O governo ao lado da iniciativa privada colabora no processo de criar uma imagem positiva sobre a fertilidade do Estado de Mato Grosso. Em 1959 o governador João Ponce de Arruda, faz o seguinte pronunciamento aos deputados mato-grossenses:

Senhores Deputados

Continua a despertar interesse a aquisição de terras em nosso Estado, pelo que foram expedidos em 1958, 552 títulos provisórios com a área aproximada de 1.800.000 hectares, enquanto 491 títulos definitivos foram lavrados, abrangendo uma área de 2.637.142 hectares (NDIHR, Rolo 9, 1959, p.30).

Fazendo o discurso da iniciativa privada a Revista Brasil-Oeste destaca em suas propagandas as condições favoráveis para a colonização das terras em Mato Grosso, enfatizando que o território é isento de fenômenos meteorológicos nocivos, que o teor da terra favorece promissoras safras cerealíferas, que o Estado apresenta boas vias de comunicação (estrada) e transporte, que sua posição geográfica é favorável para a expansão comercial para grandes centros e para a Bolívia, Paraguai e Argentina e que no território mato-grossense a cafeicultura encontra condições ecológicas favoráveis, o que explica o aumento considerável das lavouras de café. Estas questões estão presentes nos contínuos anúncios da Revista Brasil-Oeste.

MELHOR EM TUDO

As melhores terras

Nas afanadas regiões de BARRA DO BUGRES e RONDONÓPOLIS

Excelentes para o plantio de café e cereais. Clima ameno, estradas e campos de pouso.

Colonizadora Norte MT Ltda (REVISTA BRASIL-OESTE, 1956).

Além de incentivar o migrante a reocupar as terras em Mato Grosso, a imprensa mato-grossense priorizava por divulgar as ações político-administrativas que poderiam contribuir para o acesso do migrante as áreas de terras. Dentre estas, podemos observar a informação publicada no dia 08 de fevereiro de 1964 no Jornal A Cruz sobre a construção da ponte de madeira sobre o Rio Paraguai facilitando o acesso às terras de Tangará da Serra.

Importante ponte está sendo construída em Barra do Bugres

Uma importante ponte está sendo construída pela Comissão de Estradas de Rodagem de Mato Grosso em Barra do Bugres. A nova ponte terá 150 metros de extensão e será edificada em madeira de lei. Esta ponte que está sendo construída sobre a convergência dos rios Paraguai e Bugres é de grande necessidade para o escoamento da produção agrícola dessa região, principalmente a provinda de Nova Olímpia, distrito de Barra do Bugres. A travessia de veículos é feita atualmente através de uma balsa, que há muito tornou-se deficiente. Esse meio de acesso à cidade impedia grandemente o progresso desse município mato-grossense. Agora com a construção da ponte, há tempos reclamada pelos moradores da zona, nada entrará o rápido desenvolvimento de Barra do Bugres e seus distritos. (A CRUZ, 1964. Rolo 45)

Antes mesmo da ponte sobre o Rio Paraguai ser construída as terras de Tangará da Serra, já tinha começado a ser reocupadas por migrantes procedentes de Minas Gerais, São Paulo e Paraná e de diferentes estados do Nordeste do Brasil, porém os migrantes encontravam dificuldades para ter acesso a terra, pois precisavam ter autorização do proprietário da balsa para que pudessem atravessar o rio e chegar até as propriedades que eram vendidas pela colonizadora responsável pelo empreendimento imobiliário que resultou na cidade e em parte da zona rural de Tangará da Serra.

Tangará da Serra: uma colonização de lavradores

Motivadas pela propaganda realizada pela colonizadora Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda (SITA)¹⁵, empresa imobiliária responsável pela colonização das principais glebas de terras que formaram a cidade e a região rural próxima ao

¹⁵ A SITA, Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para Agricultura Ltda., colonizadora privada que colonizou quatro glebas de terras em Tangará da Serra. Até o dia 30 de janeiro de 1969, esta colonizadora denominava-se CITA - Companhia Imobiliária Tupã para Agricultura, conforme Registro Geral de Imóveis - Cartório do Primeiro Ofício de Rosário Oeste - MT.

espaço urbano de Tangará da Serra, muitas famílias dirigiram-se para o planalto do Tapirapuã¹⁶ em busca de uma expectativa melhor de vida. A maior parte das famílias que migraram para Tangará da Serra, nos anos 60 e 70 era procedente de espaços rurais de seus lugares de origem, neste caso, caracterizadas como famílias de lavradores (OLIVEIRA, 2012).

A denominação, lavrador aparece em vários documentos oficiais destas regiões de colonização recente quando existe o registro da profissão dos homens. A denominação, lavrador é corrente tanto nos livros de matrículas das escolas, em relação ao campo da profissão dos pais, assim como, no livro de registro de casamento em relação à profissão do nubente.

A propaganda da SITA e a propaganda de familiares residentes no povoado, através de cartas a parentes e a amigos, mobilizaram pessoas de vários lugares do Brasil para Tangará da Serra, mas, sobretudo os naturais de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo.

As famílias que foram para Tangará da Serra são aquelas que seguem o roteiro do movimento migratório do Brasil, geralmente do Nordeste, que migraram para São Paulo e, depois, para o Paraná. São paulistas que foram para o Norte Novo do Paraná, em busca do *ouro verde*; são mineiros que migraram para São Paulo e depois para o Paraná ou de Minas Gerais para o Paraná; ou paulistas e paranaenses que foram para o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, e depois chegaram a Tangará da Serra, tendo como nova parada, e não como porto seguro, Mato Grosso (OLIVEIRA, 2012).

A compreensão do processo migratório rural-rural, que possibilitou aos lavradores, particularmente mineiros, paulistas e paranaenses, buscar novas terras, deve ser analisada no conjunto dos movimentos migratórios do Brasil. E ao verificarmos estes movimentos nos anos de 1940 a 1950, percebemos que existiu um grande fluxo de nordestinos para São Paulo, especialmente após a construção da estrada Rio-Bahia; neste mesmo período, o Paraná recebeu um contingente populacional proveniente de São Paulo. Os paulistas migraram para o Paraná devido à política de colonização adotada pela empresa privada inglesa “Companhia de Terras do Norte do Paraná” e pela construção da estrada de ferro Noroeste, no norte do Paraná (PERARO, 1978).

¹⁶ Tangará da Serra está no planalto do Tapirapuã – faz parte do segmento dissecado do Planalto dos Parecis, localizado a Sul/Sudeste da Chapada dos Parecis. Com altitudes em torno de 450m. Corresponde ao nível intermediário entre a Chapada e a Depressão do Alto Paraguai. O contato desse Planalto com a Chapada é marcado por escarpas erosivas, com desnível aproximado de 100m. A drenagem deste Planalto é feita pelos Rios Sepotuba ou Comandante Lira (FABRIS, 2001, p.58).

De 1950 a 1960, o Paraná ainda continuou recebendo um número bastante expressivo de pessoas devido à colonizadora privada, mas parte da migração já se dirigia para Mato Grosso e Goiás. A transferência do fluxo migratório acontecia em virtude do declínio da produção do café, substituído por atividades que usassem menos mão-de-obra, como, por exemplo, a pecuária, e da construção de estradas que facilitaram o acesso à região Centro-Oeste (COSTA, 1987).

As famílias que migraram para Tangará da Serra, motivadas pela esperança na posse da terra, seguiram a rota do café, mesmo que, quando chegaram ao vale do Sepotuba¹⁷, tenham-se dedicado à lavoura branca, em seguida, preparam-se para o plantio do café.¹⁸

Para Cassiano Ricardo (1970), os cafeicultores do oeste brasileiro são os *bandeirantes* do século XX; para ele, Mato Grosso foi um foco de atração das bandeiras modernas e o café, diferente de outros produtos, foi o responsável pela expansão demográfica e cultural:

Já o café caminha, porque uma região se esgota e ele terá que ser plantado em outra região; o lavrador caminha com ele. Planta bandeirante, mas cruel, abandona a terra que a produz; não terá sido sem razão que o poeta comparou o cafezal geométrico a um batalhão em marcha (RICARDO, 1970, p.623).

A maior parte das famílias que migraram para Tangará da Serra, no período de 1964 a 1979, era natural de Minas Gerais. Um significativo fluxo migratório ocorreu a partir de 1972 e, as famílias foram motivadas a mudar pela propaganda que amigos e parentes que já residiam em Tangará da Serra faziam da terra fértil. Deve-se ressaltar que grande parte de mineiros que foram em direção a Mato Grosso, especificamente para Tangará da Serra, são procedentes de localidades rurais de Minas Gerais.

É significativo o contingente de famílias que são naturais de São Paulo, Paraná e de Estados da região nordeste, sobretudo da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Os paulistas, em sua maioria, seguem a rota do café; também estão nesse fluxo os nordestinos, cuja parte dos filhos daqueles que migraram para Tangará da Serra são paranaenses (OLIVEIRA, 2012).

A atual região sul do Brasil só é expressiva devido à naturalidade do Estado do Paraná, sendo que os gaúchos e catarinenses vão-se estabelecer neste ambiente na década de oitenta, o que se denomina de segundo fluxo migratório, pois seus interesses estavam naposse do

¹⁷ O Kazazorezá, como os índios Paresí chamam o rio Sepotuba, também denominado pelos não-índios de rio Tenente Lira, é um dos maiores afluentes do rio Paraguai, próximo à sua nascente. Desde a nascente no município de Nova Marilândia até encontrar o rio Paraguai, em Cáceres, percorre aproximadamente 396 quilômetros, sendo navegável por embarcações de médio calado apenas na época das cheias, que vai do mês de janeiro a março. O período das águas baixas, que corresponde à seca no Centro-Oeste, é de junho a outubro, com menor vazão em agosto e setembro.

¹⁸ O café é uma planta dicotiledônea de porte arbustivo ou arbóreo de caule lenhoso, folhas persistentes e flores hermafroditas, pertencem ao gênero *coffea* da família rubiaceal da espécie arábica.

cerrado e na utilização em grande escala da tecnologia mecanizada, voltando-se mais para a região da Chapada dos Parecis, e ocupando-se com o plantio da soja.

As terras férteis do planalto do Tapirapuã foram a grande atração para os primeiros moradores que vieram continuar suas vidas em Tangará da Serra, mas, quando chegavam, encontravam um ambiente muito diferente daquele prometido pela colonizadora, mas começavam a povoar, individualmente ou em grupos, os lotes rurais.

Ao citar a divisão das áreas rurais de Tangará da Serra, Couto (1999) destaca o seguinte depoimento de Wanderley Martinez, dono da colonizadora SITA:

[...] a divisão territorial das glebas ao redor onde iria se localizar o centro da cidade, foi em propriedades com áreas progressivas. Primeiro dividiu-se a área em chácaras com um alqueire aproximadamente, depois em sítios de até 30 alqueires e por fim, em fazendas, distantes a 30 quilômetros. Note-se que o alqueire utilizado na região era o alqueire paulista com 24.200 m² (ou 2,42 hectares), enquanto que o alqueire mineiro ou goiano possui o dobro da área 48.400 m² (COUTO, 1999, p.17).

As famílias que chegavam a Tangará da Serra podem ser classificadas em proprietárias e não-proprietárias de terras. As famílias proprietárias também eram proprietárias de área de terra na região de procedência, geralmente tinham uma área inferior a que compraram em Tangará da Serra, sendo esse um dos aspectos motivadores da mudança para Mato Grosso.

A colonização recente do município de Tangará da Serra, realizada a partir de 1959 por famílias principalmente de lavradores, e sua maioria até 1979 caracterizando como pequenos proprietários rurais, geralmente cafeicultores, fez com que a cidade se transformasse em um lugar antropológico onde as relações sociais entre o rural e o urbano fossem muito próximas. Tangará da Serra também se fez como uma cidade de serviços e com um comércio bastante ativo.

Nos anos 80, principalmente após a decadência das lavouras de café e do avanço da fronteira agrícola para Campo Novo dos Parecis e para outras cidades do norte de Mato Grosso. Tangará da Serra recebeu migrantes principalmente do sul do Brasil desenvolvendo a lavoura mecanizada. Desta forma, grandes empresas agrícolas começam a configurar no mapa agropecuário do município. A partir do final dos anos 90 com a crise do garimpo de ouro e diamantinas regiões próximas a Tangará da Serra, outros migrantes se estabeleceram na cidade em busca de emprego no comércio e nas indústrias existentes.

Campo Novo dos Parecis: colonização de grandes propriedades agrícolas

O município de Campo Novo dos Parecis está localizado na Chapada dos Parecis, segundo Piaia (2003, p.159) “é a mais extensa unidade geomorfológica, ocupando o meio-norte do estado. Apresenta duas feições distintas: a Chapada dos Parecis e o Planalto Dissecado dos Parecis”. Campo Novo dos Parecis, por estar no centro da Chapada dos Parecis compõe uma das maiores áreas agricultável contínua do Brasil.

Terra do povo Paresí, os cerrados da Chapada dos Parecis será conhecido no ano de 1974 por sulistas, que já eram migrantes em terras de Maracajú¹⁹ no Estado de Mato Grosso. A reocupação do cerrado na grande área da Chapada dos Parecis vai ocorrer em terras consideradas devolutas, de propriedade do Estado de Mato Grosso, a partir da organização de grandes propriedades agrícolas.

Segundo Fay, Mafalda e Teixeira (2006)²⁰ o grupo de sulistas que inicialmente se estabeleceram em Campo Novo dos Parecis foram ZeulFedrizzi, Armando Brolio, Mildo Minosso, Aridio Nino, Ademar Ulrich, Antonio Nestlehner. Estes agricultores plantavam soja em terras arrendadas em Maracaju.

Ao conhecermos a biografia de alguns destes sulistas, percebemos o movimento da migração sulista para Mato Grosso, o caminho percorrido seria do Rio Grande do Sul para o Paraná, para o sul de Mato Grosso (Mato Grosso do Sul) e depois para Mato Grosso. Desta forma, verificam-se a influência e a eficácia da propaganda realizada para a conquista da terra em Mato Grosso em tempos históricos anteriores.

A reocupação das terras devolutas e a formação da grande propriedade em Campo Novo dos Parecis começam com a presença de Zeul Fedrizzi em Mato Grosso no ano de 1974, conforme seu relato para Fay, Mafalda e Teixeira (2006, p. 50):

[...] foi a vez que meu sogro Rodolfo Ulrich resolveu comprar uma área de terra de parceria com um grupo de “russos” no município de Paranatinga – MT. Depois de algum tempo, meu sogro resolveu localizar a área de terra [...] e nos convidou para conhecer a região de Paranatinga, isto no ano de 1974. [...] fomos informados que em Cuiabá tinha um agrimensor que se chamava Tito Lívio, o qual conhecia toda a região. [...] que neste mesmo dia meu sogro [...] o contrata para ir a Paranatinga medir a dita fazenda. Pernoitamos em Cuiabá, o nosso destino era Rondônia, pois havia muita propaganda daquele Estado que as terras eram muito boas. Partimos no dia seguinte e tomamos a BR 364 – Cuiabá - Porto Velho, mas por força do destino no Km 412 tinha um posto de gasolina muito grande e nós chegamos ao entardecer e resolvemos armas as barracas e pernoitar ali mesmo, no outro dia como o Sr. Eduardo era

¹⁹Maracajú após a divisão do Estado, em 1978, passou a pertencer a Mato Grosso do Sul.

²⁰ A leitura da obra produzida por estas autoras é fundamental para conhecermos alguns aspectos da história de Campo Novo dos Parecis.

acostumado a acordar muito cedo, quando estava preparando o chimarrão, para surpresa dele, quando saía da barraca avistou um grupo de índios todos nus, que iam para o riacho Rio Verde tomar banho, como o Sr. Eduardo era de origem alemã, muito sistemático, ficou zangado e nos comunicou que daquela hora em diante ele voltaria e não seguiria nem um passo a frente [...]. Então foi o que fizemos arrumamos as mochilas e decidimos voltar para casa. [...] partimos para Cuiabá [...] no outro dia fomos à procura do Sr. Tito Lívio [...] eu perguntei para o mesmo se ele conhecia a BR 364 no Km 384 [...] por que eu estava interessado em dois mil hectares e deixei o mesmo encarregado de procurar os donos daquelas terras e voltamos a Maracaju.

Sendo assim, Zeul Fedrizzi recebeu em 1974 a notícia do Sr. Tito Lívio que parte das terras do município de Diamantino poderia ser sua, porém seria uma quantidade significativa de hectares de terra, conforme destaca Fay, Mafalda e Teixeira (2006, p. 50):

[...] Levei um susto, quando ele chegou dizendo que tinha um compromisso com Sr. Paulo Podolan de cinquenta mil hectares e cinquenta mil hectares eu vou deixar para vocês. Sendo assim eu falei para ele que não queria tanta terra [...] ele falou para formarmos um grupo e na mesma hora fui falar com o Sr. Paulo Podolan. [...]. Ele me disse que deixaria as divisas abertas e o requerimento protocolado no INCRA, desse momento em diante que eu fui saber que essas terras eram devolutas, mas mesmo assim fechei negócio.

Em 1975 algumas famílias já residiam em Campo Novo dos Parecis, porém a localidade era conhecida como Sucuruína II. Em 1978 foi escolhido o nome Campo Novo para a região e em 1987 foi definido o nome de Campo Novo dos Parecis.

Em 1983 os títulos definitivos foram entregues, com a instalação da Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Campo Novo do Parecis Ltda. (Coprodia)²¹ e quando da entrega definitiva dos títulos, a área de 300 hectares já estava destinada para a formação de um espaço urbano, que estava em crescimento desde 1980. O traçado urbano começava a se desenhar com a presença de algumas casas de moradia e de comércio construídas em madeira, matéria prima abundante na região. O abastecimento do povoado, que se formava, era realizado em Diamantino ou em Cuiabá (FAY; MAFALDA; TEIXEIRA, 2006).

No espaço rural o cerrado da Chapada dos Parecis, foi em larga escala desmatado pelo procedimento de correntes, cuja “técnica” consiste em esticar a corrente entre tratores que andam lado a lado colocando a baixo toda a vegetação. Após o desmatamento inicial a lavoura de arroz começou a ocupar o Chapadão do Parecis. Conforme os registros o solo do local não era propício para a agricultura e havia a necessidade de fazer correção para que a produção fosse significativa.

²¹ “A Coprodia foi a primeira empresa a se instalar na região. Para que pudesse ser construída e funcionasse, era necessário que os cooperados tivessem suas terras documentadas pelo INCRA” (FAY; MAFALDA; TEIXEIRA 2006, p. 169):

A produção de arroz de Campo Novo do Parecis era comercializada em Cuiabá apenas no período da estiagem das chuvas, pois o acesso era por estradas sem pavimentação asfáltica. Durante a plantação de arroz, outros produtos, como a soja (*Glycinemax*) foram testados na região da Chapada dos Parecis, porém a dificuldade com o escoamento da produção fez com que o cultivo desta leguminosa fosse realizado em anos posteriores.

Com o crescimento populacional do distrito de Campo Novo do Parecis, ocorreu em 04 de julho de 1988 seu processo de emancipação político administrativo. Desta forma, com gestão própria, houve melhorias na infraestrutura local e o número de habitantes foi crescendo motivados pelo discurso da produção agrícola em grande escala. Campo Novo do Parecis, começou então a produzir também soja, milho, girassol, algodão, sorgo, amendoim e cana-de-açúcar.

Campo Novo do Parecis é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil no século XXI. O município é resultado de um processo de colonização feito por grandes proprietários rurais em terras devolutas do Estado de Mato Grosso. O centro urbano é ladeado por grandes propriedades rurais que alternam sua produção conforme os indicadores da economia internacional. As propriedades rurais configuram-se como grandes empreendimentos agrícolas voltadas para o mercado internacional.

O núcleo urbano de Campo Novo do Parecis tem uma boa infraestrutura, mas existe uma população periférica significativa, cujos problemas sociais são perceptíveis. O preconceito social é relevante, em relação à população que não está diretamente ligada ao fluxo inicial da migração, que não são procedentes ou de origem do sul ou do centro-sul do Brasil, mas que se estabeleceram não motivados pela riqueza, da posse da terra que poderia ser fértil, mas, motivados pela possibilidade de trabalho assalariado.

Pelo cerrado e pela cidade de Campo Novo do Parecis, vivem os Paresí, população que convive diariamente com os novos arranjos dos tempos do *ciberespaço*, usando a expressão de Pierre Lévy (2003). Esta não é uma convivência natural, mas arranjada pelos interesses e pelas políticas sociais, mas esta convivência garante a produção de uma identidade, de uma relação tanto para índios como para os não índios que não é a mesma do período inicial da colonização recente, mas é a produção de uma cultura, marcada por encontros e desencontros na produção de um outro lugar.

Sapezal: o levante da soja

O município de Sapezal antes território de Diamantino e depois distrito de Campo Novo do Parecis emancipou-se politicamente em 1994. As terras da Chapada dos Parecis, o espaço, em que está a grande área de Sapezal é formada por grandes propriedades agrícolas e algumas áreas indígenas. Sapezal, como Campo Novo do Parecis e outras cidades do norte de Mato Grosso são cidades voltadas para o agronegócio.

A presença de colonizadoras no espaço em que está o município de Sapezal para a venda de terra, remonta o período desenvolvimentista dos anos 50 do século XX. Neste período comprar terras nesta região seria uma forma de adquirir títulos de terras, para uma futura especulação imobiliária. Pois, grande parte dos proprietários de títulos não visualizava formas de transformar uma região de cerrado em terras produtivas.

Vim para esse lugar porque meu pai tinha comprado uma área de terra da colonizadora Joaçaba²², isto no ano de 1957, comprou e não conheceu, eu vim pra localizar a área e me apaixonei pelo tipo e padrão de terra e vim pra abrir fazenda e fazer ela produzir, isto foi em 29 de junho de 1978, chegamos na fazenda na parte da tarde (BERTOTTO, 2004 *apud* LEITE, 2004, p.32).

Sapezal também é resultado do movimento de migrantes da região sul do Brasil para Mato Grosso em busca de terras de baixo custo. Em alguns depoimentos observados nos estudos sobre a colonização de Sapezal Fernández (2002), Leite (2004) e Gabe (2004) é possível verificar que com o valor da venda de 50 hectares de terras em Chapecó (SC) era possível comprar 1.000 hectares de terra em Sapezal.

Em Sapezal, durante o seu processo de colonização houve vários conflitos relacionados à posse da terra, principalmente entre grandes proprietários rurais. O uso de pistoleiros para a proteção de terras, e as atividades de grilagem de terras são comuns em alguns relatos de moradores de Sapezal (LEITE, 2004, p.31).

Após tomarem posse das terras em Sapezal, a maior parte dos proprietários rurais, começaram a produzir arroz, assim como ocorreu em Campo Novo dos Parecis. A produção de arroz era comercializada em Tangará da Serra. Os proprietários rurais não contavam com financiamentos satisfatórios para que a produção pudesse ser em maior escala. O escoamento da produção era difícil, devido ao acesso, as estradas não eram pavimentadas, no período chuvoso ficavam sem possibilidade de tráfego.

Em 1978 a produção do arroz foi bastante satisfatória em Sapezal fazendo com que o resultado da safra estimulasse outros sulistas a reocupar as terras da Chapada dos Parecis.

²² Joaçaba era uma colonizadora de Santa Catarina, que vendia terras em Mato Grosso.

Esta migração também contou com a ajuda dos programas criados pelo governo federal durante a Ditadura Militar. Além de outros programas em ano posterior.

Nesse período essa região cortada pela rodovia Cuiabá – Porto Velho, foi incluída no POLONORTE – Programa de Planejamento Estratégico - criado pelo Estado em 1981. Entre as principais ações do programa estavam o asfaltamento da BR 364, concluída em 1985 e o desenvolvimento rural integrado em áreas de influência da rodovia. Tal processo favoreceu a valorização das terras e a ocupação por meio dos sulistas e da soja (SILVA, 2004 *apud* LEITE, 2004, p. 34).

A soja só foi introduzida em Sapezal a partir de 1981. Esta produção só foi realizada por quem tinha mais recursos financeiros. A comunicação entre os proprietários rurais era muito difícil, as sedes das fazendas ficavam distantes uma da outra, cerca inclusive de 100 km. Porém, os produtores locais tentavam se reunir para organizar um núcleo urbano, na tentativa de formar um município e conseguir a emancipação política de Diamantino.

A primeira tentativa para organizar um núcleo urbano seria em torno da propriedade de André Vani, um dos primeiros a plantar arroz me Sapezal, porém a fazenda ficava muito distante da estrada que permitia o acesso a BR 364. Esta foi uma das primeiras tentativas para organizar um núcleo urbano em Sapezal, porém outras propostas também não se efetivaram “[...] a cidade chegou nos anos 86/87, instalaram e criaram a cidade, na verdade tentou se criar três cidades no Sapezal: uma era no Posto do Giba, não deu certo, a outra era no Papagaio, quer era a antiga cooperativa e a outra era na Carajás (KOELHER, 2004 *apud* LEITE, 2004, p. 35).

Leite (2004) destaca quem conforme os relatos foram três tentativas realizadas sem êxito para a organização do núcleo urbano de Sapezal: na fazenda COMIL, ao sul do município, lá havia um armazém; na localidade de pé-de-galinha, local da Cooperativa dos produtores do Centro-Oeste (COOPROCENTRO), próxima ao rio Papagaio e na fazenda São Camilo (São Jorge), ao norte do município.

Porém, o núcleo urbano só foi formado com a presença em Sapezal de André Maggi, quando foi realizado o loteamento da Cidezal Agrícola, empresa do Grupo André Maggi. Em 1986 André Maggi comprou a fazenda Tucunaré, construí no local uma usina e instalou um sistema de rede de distribuição de energia elétrica para a fazenda e uma pequena igreja.

Em 1988, como a empresa Sementes Maggi havia embarcado soja para os portos do sul do país e pensou em construir um armazém do grupo em terras de Sapezal, desta forma, a família também passou a pensar na construção de um núcleo urbano. Com o aumento do percentual de produtores com carência de recursos, a empresa colocava-se em órbita financeira. Desta forma, conseguia controlar a produção local de soja, e assim, André Maggi busco incentivar a migração de pessoas à região para o comércio. Sobretudo, houve grande procura, a qual serviu de base para tentar lotear a mesma, construindo uma cidade. Já havia interesse dos produtores locais neste âmbito, o marco inicial da fundação partiu do armazém construído pela

empresa Sementes Maggi, próximo a uma estrada de acesso a Comodoro e Tangará da Serra (LEITE, 2004, p.37-38).

O grupo André Maggi construiu no Rio Juruena com recursos próprios uma usina hidrelétrica de 5.0 megawatts, facilitando a construção de muitos armazéns graneleiros e secadores na região. Desta forma, a partir de 1991 com a implantação da usina hidrelétrica e melhoria no acesso com construção de estradas e pontes, várias famílias começaram a deslocar-se para a zona urbana que estava iniciando em Sapezal.

Na data de 03/06/1989 vieram para a festa, reuniram-se na mata ao lado do hospital no bosque improvisado o local da benção da 'pedra fundamental', nessa festa fez parte, então o prefeito de Tangará da Serra, governador do Estado Carlos Bezerra, Dante de Oliveira, vereador de Tangará da Serra e prefeito de Campo Novo do Parecis e diversas autoridades e comunidade presente. Por volta das 10 horas houve missa da benção, celebrada pelo frei Constantino, no momento da homilia o frei Constantino abriu a palavra para o senhor André Maggi, para que pronunciasse o desejo dele. O senhor André falou o seguinte sonhei de fazer desse cerrado uma cidade e que no ida de amanhã se tornaria um grande município, já tracei várias ruas e que neste momento quero deixar a palavra para o povo presente, que por seis meses estarei doando terreno para quem quiser... 'eu estava presente, não ganhei e nem pedi, por que não acreditei que seria cidade, e tem gente que ganhou terreno e tem até hoje (SILVA, 2003, *apud* LEITE, 2004, p.39).

Fazer com que a cidade fosse povoada de forma mais rápida seria garantir o processo de emancipação político administrativa, o que ocorreu no dia 19 de setembro de 1994 pela Lei nº 6.534, mas Sapezal só ganhou autonomia em 1997, com a posse de André Maggi como primeiro prefeito da cidade, porém renunciou ao cargo no dia 16 de dezembro de 1998.

Uma das questões polêmicas que está sempre em pauta pelos habitantes de Sapezal e que é corrente desde o início de sua colonização, são os conflitos com a população indígena, principalmente porque para o acesso a Sapezal pelas rodovias que ligam o município com Tangará da Serra e Campo Novo do Pareci é necessário passar por terras dos Paresí.

Desta forma, para que produção agrícola pudesse ser escoada e para haver o abastecimento do município os proprietários rurais decidiram abrir estrada no interior da reserva indígena. A estrada foi aberta, com apoio da FUNAI, dos Paresí, apesar de várias críticas que surgiram realizadas por ambientalistas de diferentes ONG's. Inicialmente os Paresí recebiam 6.000 sacas de soja por ano, e alimentos como macarrão, arroz e óleo, mas essa renda não estava beneficiando toda a população indígena (LEITE, 2004).

A Procuradoria Geral da República fez intervenção e solicitou que a prefeitura de Sapezal tomasse as medidas cabíveis, e assim, foi criado em 1997 o pedágio para quem utiliza a estrada que corta a reserva indígena dos Paresi. A cobrança do pedágio realizada pelos

Paresí, embora tenha sido uma decisão de proprietários rurais, é motivo para críticas e construção de estereótipos frente às populações indígenas.

Sapezal uma cidade criada a partir dos desejos de grandes proprietários rurais, serviu principalmente no início da colonização como um espaço de produção de riquezas. Porém, a cidade e sua população, principalmente os migrantes que vieram vender sua força de trabalho, não receberam investimentos necessários para que pudessem ter sua vida ressignificada com uma qualidade de vida melhor, uma parte significativa dos lucros com a produção agrícola foi investida em outros espaços do Brasil.

Considerações Finais

A história da colonização recente de Mato Grosso é uma história do tempo presente e compreender como ocorreram as formas de colonização e fundação das cidades recentes de Mato Grosso é abrir-se a consciência crítica dos problemas do presente, ancorados no rigor do estudo do passado. É compreender a lógica das múltiplas identidades, pensar os indivíduos como produtores de história e entender que não podemos explicar as transformações sem conhecer a história.

Em Mato Grosso a luta pela conquista da terra sempre foi um jogo de forças antagônicas, seja nos tempos iniciais da República, na política do Estado Novo da Era Vargas, nos tempos do desenvolvimento econômico de Juscelino Kubistchek, durante a Ditadura Militar brasileira e no tempo mais presente da redemocratização do Brasil. A luta de índios, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, grileiros e fazendeiros está longe de ser resolvida.

A fronteira diversa, configura-se em um lugar em que índios, lavradores, fazendeiros e que outros aventureiros viveram com interesses difusos, marcados por encontros, por conflitos e por ações. Ações de sobrevivência, de construção de cidades, de produção de riquezas, de arranjos e de destruição do cerrado, de avanços tecnológicos e de transformações culturais. É pensar o lugar antropológico, marcado pelo “Levante da soja”, uma tela inspiradora da artista Dalva de Barros²³ que mostra homens e mulheres em um movimento frenético, que a história da colonização recente de Mato Grosso escreveu, e que, a população de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Sapezal viveram de forma contemporânea.

²³Nasceu em Cuiabá no dia 27 de outubro de 1935. A artista plástica foi responsável pelo Ateliê Livre quando foi aberta a Fundação Cultural, entre 1976 e 1980 e orientou o Ateliê Livre do Museu de Arte e de Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso, entre os anos de 1981 e 1996.

REFERÊNCIAS

A CRUZ. Ano 1963 a 1969. Título 38. Rolo 45. NDIHR. Microfilme.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p.223 -249.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In _____(orgs). *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/ Carlini & Caniato, 2008. p. 15 – 26.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.

COSTA, Iraci Del Nero da. PORTO, Cornélia Nogueira, NOZOE, Nelson Hideiki. *Movimentos migratórios no Brasil e seus condicionantes econômicos. (1872-1980)*. FIPE - Fundação Instituto de pesquisas econômicas. São Paulo: 1987.

COUTO, Osmair. *As relações trabalhistas durante o ciclo cafeeiro na região de Tangará da Serra, nas décadas de 70 e 80*. Cuiabá, 1999. Monografia. (Especialização em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso.

DUARTE, Luís Sérgio. O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy. *Textos de história*. Revista do programa de pós-graduação em História da UNB. V.13. n.1-2, p.17 - 25, 2005.

FABRIS, Leni Ferreira. *Passeando por Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Cuiabá, 2001.

FAY, Maria das Graças de Souza; MAFALDA, Angelita NirvaneHoppenRatz; TEXEIRA, Sandra Josefina Paim. *Revivendo Campo Novo do Parecis*. Tangará da Serra: São Francisco, 2006.

FERNÁNDEZ,Edgardo Romero. *Projeto Sapezal: valores, história e memórias*.Tangará da Serra: São Francisco, 2002.

GABE, Odete Maria. *Fronteira agrícola em Sapezal e a tecnologia*. Tangará da Serra, 2004. Monografia (Especialização em História de Mato Grosso) Faculdade de Educação de Tangará da Serra, Instituto Tangaraense de Ensino e Cultura.

LEITE, Ivete Maria. *Colonização em Sapezal com base em narrativas*. Tangará da Serra, 2004. Monografia (Especialização em História de Mato Grosso) Faculdade de Educação de Tangará da Serra, Instituto Tangaraense de Ensino e Cultura.

LENHARO, Alcir. *Relatório de pesquisas e atividades*. Cuiabá: Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, 1982. [Mimeograf.].

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

NDIHR, *Mensagem dos governadores*: Fernando Corrêa da Costa (1955). Rolo 9. Doc. 118-122. Data 1954-1959. Microfilme.

OLIVERIA, Carlos Edinei de. *História de Tangará da Serra*. Tangará da Serra: Sanches, 2012.

PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*. Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

PIAIA, IvaneInêz. *Geografia de Mato Grosso*. 3. ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste* (a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil) 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970 - v.2.

ROCHA, Gisélia Silva. O seringal e os seringueiros. BARROZO, João Carlos. (orgs.). *Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna*. Cuiabá: NERU/CNPq, 2002. p.67-104.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. A revista Brasil-Oeste e o governo João Goulart: a questão da reforma agrária. *Veredas da história*. Ano IV. 2011. Disponível em: http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao5/Art.03_Revista_Brasil_Oeste_Eduardo_Melo.pdf. Acesso em: 02 dez. 2013.

SILVA, Valdethe Prado da. *Aspectos demográficos da cephaelis ipecacuanha em Mato Grosso*. Cuiabá: Faculdade de Engenharia Florestal /UFMT, 1993. (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Florestal).